

ASSESPRO
AGENDA LEGISLATIVA
LEGISLATIVO FEDERAL

DE 9 A 13 DE OUTUBRO DE 2017

Atualizada em 09/10/2017 17:47

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO / Sessões ordinárias e extraordinárias nos dias 9, 10 e 11/10.

PL 333/99, do deputado Antônio Kandir, que “Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”. Item nº 2.

CDC: parecer do deputado Paulo Lima, pela aprovação.

CDEICS: parecer do deputado Léo Alcântara, pela aprovação.

CCJC: parecer do deputado Paulo Magalhães, pela aprovação do substitutivo do Senado Federal.

PL 1202/07, do deputado Carlos Zarattini, que “Disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências”. Item nº 28.

CTASP: do deputado Milton Monti, pela aprovação do projeto.

CCJC: da deputada Cristiane Brasil, pela constitucionalidade, com emendas, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação projeto e do PL 1961/15, apensado, com substitutivo.

REQ 3986/16, dos Líderes Partidários, que requer urgência para apreciação do **PL 1202/07**, do deputado Carlos Zarattini, que disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Item passível de inclusão na pauta.

REQ 4990/16, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 5130/16**, do deputado João Arruda, que acresce o inciso XIV ao Art. 7º, revoga os incisos III e IV do Art. 12 e dá nova redação ao § 6º do Art. 13 e ao § 4º do Art. 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014” (propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção). Item passível de inclusão.

REQ 6344/17, dos Líderes, que “Requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do **PL 6989/17**, do deputado Odorico Monteiro, que altera o Marco Civil da Internet, Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet”. Item passível de inclusão.

REQ 6045/17, dos Líderes, que requer urgência para apreciação do **PL 4614/16**, da Sra. Luizianne Lins, que altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Item passível de inclusão.

REQ 6356/17, dos Líderes, que “Requer urgência para apreciação do **PL 6917/17**, do deputado Aureo, que dispõe sobre a criação do Cartão Digital de Vacinação – CDV”. Item passível de inclusão.

Terça-feira (10/10)

COMISSÃO DE CULTURA – CCULT / Plenário 10, às 9h30.

PL 2431/15, da deputada Luizianne Lins, que "Dispõe sobre o patrimônio público digital institucional inserido na rede mundial de computadores e dá outras providências" (dentre outros, estebelece que incorrem em crime de responsabilidade aqueles que autorizem, permitam ou negligenciem: a subtração de patrimônio digital institucional dos sítios oficiais sob a sua responsabilidade; e/ou a criação de mecanismos para inviabilizar ou dificultar o acesso ao conteúdo digital institucional em seu formato e estilo original). Item nº 3.

Relator: deputado Evandro Roman.

Parecer: pela rejeição.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCTCI / Plenário 11, às 9h30.

Audiência Pública – Tema: "Debate sobre o orçamento da ciência e tecnologia, seus cortes e consequências para o desenvolvimento do país".

Em atendimento ao REQ 244/17, do deputado Celso Pansera.

Convidados indicados:

- Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
- Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC);
- Francilene Garcia, presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti);
- Maria Zaira Turchi, presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap);
- Júlio César Felix, presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti);
- Emmanuel Zagury Tourinho, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);
- Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Fernando Peregrino, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies);
- Aldo Nelson Bona, presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem);
- Tatiana Roque, coordenadora da campanha Conhecimento sem Cortes; e
- Antônio Carlos Tiecher Porto, diretor-presidente da Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação (P&D Brasil).

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CLP / Plenário 3, às 9h30.

SUG 107/17, da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional, que "Sugere a realização de uma Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 7.920/2017, que "Altera a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a digitalização de documentos"". Item nº 10.

Relator: deputado Glauber Braga.

Parecer: pela aprovação, na forma do Requerimento apresentado.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT / Plenário 4, às 10h.

PLP 420/14, do deputado Pedro Eugênio, que "Altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária que grave o Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional" (substituição Tributária do ICMS). Item nº 8.

Apensado: PLP 449/14.

Relator: deputado Aluisio Mendes.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 420/2014 e do PLP 449/2014, apensando; e, no mérito, pela aprovação do PLP 420/2014, e do PLP 449/2014, apensado, com substitutivo.

PL 3967/15, do deputado Miro Teixeira, que "Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para dispor sobre a inobservância de formalidade essencial inerente à dispensa ou inexigibilidade de licitação". Item nº 18.

Relator: deputado Jorginho Mello.

Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP / Plenário 12, às 14h.

REQ 293/17, do deputado Vicentinho, que "Requer a realização de audiência pública para debater sobre a situação dos trabalhadores em aplicativos de transporte de passageiros". Item nº 2.

PLP 348/13, do deputado Laercio Oliveira, que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006" (dispensa as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal em processos trabalhistas). Item nº 3.

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

PL 6445/13, do deputado João Arruda, que "Acrescenta o art. 9º-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a participação em procedimentos licitatórios de empresas que tenham, em período eleitoral, prestado serviços ou efetuado doações para candidatos ou partidos políticos". Item nº 14.

Relator: deputado Roberto de Lucena.

Parecer: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CFFC / Plenário 7, às 16h.

Audiência Pública – Tema: "Debater sobre os projetos e as principais ações do Ministério do Trabalho e Emprego para o biênio 2017/2018".

Convidado:

- Ronaldo Nogueira, Ministro do Trabalho e Emprego.

Quarta-feira (11/10)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA – CCJC / Plenário 1, às 10h.

PEC 181/12, do deputado Irajá Abreu, que "Estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos, e dá outras providências". Item nº 14.

Relator: deputado Rogério Rosso.

Parecer: pela admissibilidade.

Concedida vista conjunta aos deputados Elizeu Dionizio, Marcos Rogério e Patrus Ananias, em 15/08/2017.

PEC 185/15, da deputada Renata Abreu, que "Acrescenta o inciso LXXIX ao art. 5ºda Constituição Federal, para assegurar a todos o acesso universal a Internet entre os direitos fundamentais do cidadão". Item nº 22.

Relator: deputado Hildo Rocha.

Parecer: pela admissibilidade.

Concedida vista ao deputado Wadih Damous, em 30/08/17.

PL 3163/15, do deputado Danilo Forte, que "Define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado, e dá outras providências" (torna crime a prática de corrupção no âmbito do setor privado quando cometida no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais). Item nº 38.

Apensados: PL 3438/15 e PL 6122/16.

Relator: deputado Tadeu Alencar.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3438/15 e do PL 6122/16, apensados, com substitutivo.

PL 2166/11, do deputado Aureo, que "Dispõe sobre a comercialização de programas de computador e jogos eletrônicos" (todos os programas de computador e jogos eletrônicos comercializados no Brasil virão acompanhados de um código de barras que permitirá ao consumidor obter uma nova cópia no caso em que a mídia usada para armazená-los for danificada). Item nº 47.

Relator: deputado Hildo Rocha.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

PL 7512/14, do deputado Laercio Oliveira, que "Anula débitos tributários oriundos de multas que especifica" (dispõe sobre a extinção de créditos tributários relativos ao descumprimento da obrigação de entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP). Item nº 52.

Relator: deputado Jorginho Mello.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

PL 4520/16, do deputado William Woo, que "Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que trata da concessão de assistência judiciária aos necessitados, fazendo incluir entre os beneficiários desta Lei as pessoas jurídicas individuais ou Microempresários (ME) e os Microempreendedores Individuais (MEI)". Item nº 65.

Relatora: deputada Gorete Pereira.

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

SENADO FEDERAL

Segunda-feira (9/10)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE / Plenário 15, às 14h30.

Audiência Pública – Tema: "Instruir a elaboração do relatório de avaliação de política pública dedicado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)".

Em atendimento aos requerimentos nº 31/17, da senadora Ana Amélia, e 50/17 do senador Roberto Muniz e outros.

Convidados:

- Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional das Indústrias – CNI;
- Eline Neves Braga Nascimento, Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação;
- Francisco Roberto Brandão Ferreira, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif;
- Almir Menezes, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU;
- Lucas Ferreira Mation, Chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

Terça-feira (10/10)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE / Plenário 19, após a reunião deliberativa agendada para as 10h.

Audiência Pública – Tema: "Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária".

Convidado:

- Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central do Brasil

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE / Plenário 15, às 10h30.

Audiência Pública – Tema: "As dificuldades no funcionamento dos Institutos Federais de Educação – IFs".
Em atendimento ao Requerimento nº 28/17, do senador Cristovam Buarque.

Convidados:

- Francisco Roberto Brandão Ferreira, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica – Conif;
- Cátia Cilene Farago, Coordenadora-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica;
- José Maria da Luz Palheta Júnior, representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico – Fenet;
- Eline Neves Braga Nascimento, secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - Setec/MEC; e
- Esteves Pedro Colnago Júnior, secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT / Plenário 3, horário a definir.

PLC 201/15, do deputado João Colaço, que "Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. Item nº 1.

Relator: senador Cristovam Buarque.

Parecer: pela aprovação do projeto, com as emendas que apresenta.

Quarta-feira (11/10)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS / Plenário 9, às 9h.

PLS 274/12, do senador Pedro Taques, que "Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa". Item nº 3.

Relator: senador José Pimentel.

Parecer: pela aprovação do projeto e da emenda que apresenta.

PLS 393/15, do senador Reguffe, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências". Item 9.

Relator: senador Otto Alencar.

Parecer: pela aprovação do Projeto, das emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ e das duas emendas que apresenta.

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR – CTFC / Plenário 2, às 9h.

REQ 31/17, do senador Flexa Ribeiro, que "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 149/2014, que modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho". Item nº 1.

Possíveis convidados:

- Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI;
- Antonio José Domingues de Oliveira Santos, Presidente da CNC;
- João Martins da Silva Junior, Presidente da CNA;
- Eva Patricia Gonçalves Pires, Diretora do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho (DSST);
- Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; e
- Maria Tereza Pacheco Jesen, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho.